



**INSTITUTO FEDERAL**

Rio Grande do Norte

Campus Natal-Central

## CADERNO DE PROVAS

### PROVA OBJETIVA PROFESSOR SUBSTITUTO – DIREITO

Edital Nº 06/2024 - DIAPE/DG/CNAT/RE/IFRN

20 DE AGOSTO DE 2024

#### INSTRUÇÕES GERAIS PARA A REALIZAÇÃO DA PROVA

- Use apenas caneta esferográfica azul ou preta.
- Escreva o seu nome completo e o número do seu documento de identificação no espaço indicado nesta capa.
- A prova terá duração máxima de 3 (três) horas, incluindo o tempo para responder a **Folha de Resposta**.
- O **Caderno de Provas** somente poderá ser levado depois de transcorrida 1 (uma) hora do início da aplicação da prova.
- Confira, com máxima atenção, o **Caderno de Provas**, observando se há defeito(s) de encadernação e/ou de impressão que dificultem a leitura.
- Confira, com máxima atenção, se os dados (nome do candidato, inscrição, número do documento de identidade, matéria/disciplina e opção de *campus*) constantes na **Folha de Resposta** estão corretos.
- Em havendo falhas na **Folha de Resposta**, comunique imediatamente ao fiscal de sala.
- A **Folha de Resposta** não poderá ser dobrada, amassada ou danificada. Em hipótese alguma, será substituída.
- Assine a **Folha de Resposta** no espaço apropriado.
- Transfira as respostas para a **Folha de Resposta** somente quando não mais pretender fazer modificações.
- Cada questão de múltipla escolha apresenta apenas **uma** resposta correta. Para a marcação da alternativa escolhida na **Folha de Respostas**, pinte completamente o campo correspondente conforme figura a seguir:

	A	B	C	D
1.	●	○	○	○
2.	○	●	○	○
3.	○	○	○	●
4.	○	●	○	○

- Ao retirar-se definitivamente da sala, entregue a **Folha de Resposta** ao fiscal.

NOME COMPLETO:

DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO:

**QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA – DIREITO**

**QUESTÃO Nº 01**

**Acerca do Processo Legislativo, está dissonante da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal:**

- A) A Constituição Federal não reserva à iniciativa privativa do presidente da República toda e qualquer lei que cuide de tributos, senão apenas a matéria tributária dos Territórios.
- B) É dado aos Chefes do Poder Executivo dos Estados-membros editarem medidas provisórias, desde que a espécie legislativa esteja prevista na Constituição estadual e seja observado o conjunto de regras básicas do processo legislativo postas no Texto Constitucional de 1988.
- C) A inobservância do prazo previsto na Constituição Federal para o Poder Legislativo apreciar o veto do chefe do Poder Executivo a projeto de lei acarreta a caducidade ou preclusão desta prerrogativa do Poder Legislativo.
- D) Não usurpa a competência privativa do chefe do Poder Executivo lei que, embora crie despesa para a administração pública, não trata da sua estrutura ou da atribuição de seus órgãos nem do regime jurídico de servidores públicos.

**QUESTÃO Nº 02**

**Considerando a liberdade de expressão e imprensa no ordenamento jurídico brasileiro, é correto afirmar, com base na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal que:**

- A) Não constitui assédio judicial comprometedor da liberdade de expressão o ajuizamento de inúmeras ações a respeito dos mesmos fatos, em comarcas diversas, com o intuito ou o efeito de constranger jornalista ou órgão de imprensa, dificultar sua defesa ou torná-la excessivamente onerosa, desde que o acusado não tenha diploma de jornalista.
- B) É inconstitucional a imposição, às empresas de comunicação privadas, de transmissão de programas oficiais dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário ('Voz do Brasil'), em faixa horária pré-determinada e de maior audiência.
- C) É compatível com a Constituição a ideia de um direito ao esquecimento, assim entendido como o poder de obstar, em razão da passagem do tempo, a divulgação de fatos ou dados verídicos e lícitamente obtidos e publicados em meios de comunicação social analógicos ou digitais.
- D) Na hipótese de publicação de entrevista em que o entrevistado imputa falsamente prática de crime a terceiro, a empresa jornalística somente poderá ser responsabilizada civilmente se: (I) à época da divulgação, havia indícios concretos da falsidade da imputação; e (II) o veículo deixou de observar o dever de cuidado na verificação da veracidade dos fatos e na divulgação da existência de tais indícios.

**QUESTÃO Nº 03**

**É possível afirmar, segundo a Lei 8.112/90, que:**

- A) O servidor fará jus a trinta dias de férias, que podem ser acumuladas, até o máximo de dois períodos, no caso de necessidade do serviço, ressalvadas as hipóteses em que haja legislação específica.

- B) O servidor em débito com o erário, que for demitido, exonerado ou que tiver sua aposentadoria ou disponibilidade cassada, terá o prazo de noventa dias para quitar o débito.
- C) As penalidades de advertência e de suspensão terão seus registros cancelados, após o decurso de 2 (dois) e 5 (cinco) anos de efetivo exercício, respectivamente, se o servidor não houver, nesse período, praticado nova infração disciplinar.
- D) A posse ocorrerá no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação do ato de provimento, prorrogável por mais 30 (trinta) dias, a requerimento do interessado ou da Administração Pública.

#### QUESTÃO Nº 04

**Consoante a nova lei de licitações e contratos administrativos (Lei 14.133/2021), é incorreto afirmar que:**

- A) O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.
- B) As licitações serão realizadas preferencialmente sob a forma eletrônica, admitida a utilização da forma presencial, desde que motivada, devendo a sessão pública ser registrada em ata e gravada em áudio e vídeo.
- C) São abrangidas, integralmente, por esta lei (14.133/2021), as empresas públicas, as sociedades de economia mista e as suas subsidiárias.
- D) Nas contratações regidas por esta lei (14.133/2021), poderão ser utilizados meios alternativos de prevenção e resolução de controvérsias, notadamente a conciliação, a mediação, o comitê de resolução de disputas e a arbitragem.

#### QUESTÃO Nº 05

**Consoante o *caput* do artigo 5º da Constituição Federal de 1988, “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.” Os direitos fundamentais geram intensos debates no Supremo Tribunal Federal, que já decidiu que:**

- A) Considerando o direito social à segurança, a falta de estabelecimento penal adequado autoriza a manutenção do condenado em regime prisional mais gravoso.
- B) A exigência constitucional de aviso prévio relativamente ao direito de reunião é satisfeita com a veiculação de informação que permita ao poder público zelar para que seu exercício se dê de forma pacífica ou para que não frustrate outra reunião no mesmo local.
- C) Tendo em vista a plenitude de defesa, a “legítima defesa da honra” é recurso argumentativo e retórico válido no Tribunal do Júri, não violando a dignidade da pessoa humana e os direitos à vida e à igualdade entre homens e mulheres.
- D) É constitucional, sob o ângulo da liberdade fundamental do exercício da profissão e do devido processo legal, preceito normativo a versar previsão de cancelamento automático do registro em conselho profissional, ante a inadimplência da anuidade.

#### QUESTÃO Nº 06

**Segundo o Supremo Tribunal Federal, o Princípio da Isonomia, que vincula “todas as manifestações do poder público – deve ser considerado, em sua precípua função de obstar**

*discriminações e de extinguir privilégios, sob duplo aspecto: (a) o da igualdade na lei; e (b) o da igualdade perante a lei. A igualdade na lei – que opera numa fase de generalidade puramente abstrata – constitui exigência destinada ao legislador que, no processo de sua formação, nela não poderá incluir fatores de discriminação, responsáveis pela ruptura da ordem isonômica. A igualdade perante a lei, contudo, pressupondo lei já elaborada, traduz imposição destinada aos demais poderes estatais, que, na aplicação da norma legal, não poderão subordiná-la a critérios que ensejem tratamento seletivo ou discriminatório.” [MI 58, rel. min. Carlos Velloso, red. do ac. min. Celso de Mello, j. 14-12-1990, P, DJ de 19-4-1991]. Consoante a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal:*

- A) Cabe ao Poder Judiciário, desde que provocado e em decisão fundamentada, aumentar vencimentos de servidores públicos sob o fundamento de isonomia.
- B) O direito ao auxílio-alimentação não se estende aos servidores inativos.
- C) A remarcação de provas de concurso público em razão de quaisquer circunstâncias pessoais dos candidatos não afronta a igualdade.
- D) Há amparo constitucional para a segregação de presos provisórios com apoio no grau de instrução acadêmica, ou seja, a prisão especial, em relação aos portadores de diploma de nível superior, é conciliável com o preceito fundamental da isonomia.

#### QUESTÃO Nº 07

**Acerca dos Princípios do Direito Administrativo é correto afirmar que:**

- A) O Princípio da Motivação é garantia do administrado, tendo em vista que o ordenamento jurídico brasileiro não prevê hipótese de ato administrativo sem indicação dos pressupostos de fato e de direito que determinaram a decisão.
- B) O Princípio da Eficiência, previsto no caput do art. 37 desde a promulgação da Constituição Federal de 1988, não se sobrepõe ao Princípio da Legalidade pois, em nome eficiência, não se pode violar a lei.
- C) Interpretando o Princípio da Ampla Defesa, o Supremo Tribunal Federal decidiu que a falta de defesa técnica por advogado no processo administrativo disciplinar não ofende a Constituição Federal.
- D) O Princípio da Impessoalidade proíbe que a República faça qualquer tratamento diferenciado em relação aos administrados.

#### QUESTÃO Nº 08

**Sobre os Princípios da Licitação, previstos na Lei 14.133/2021, marque a alternativa correta:**

- A) O Princípio da Segregação de funções veda a designação do mesmo agente público para atuação simultânea em funções mais suscetíveis a riscos, de modo a reduzir a possibilidade de ocultação de erros e de ocorrência de fraudes na respectiva contratação.
- B) O Princípio da Segurança Jurídica determina que a Administração Pública revogue editais de licitação eivados de ilegalidade.
- C) Tendo em vista o Princípio da Igualdade, no processo de licitação, a Administração Pública não poderá indicar marcas ou modelos.
- D) A divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é condição dispensável para a

eficácia do contrato e de seus aditamentos, tendo em vista que a divulgação no Diário Oficial já satisfaz o Princípio da Publicidade.

### QUESTÃO Nº 09

**A Lei 9.784/99 regula o processo administrativo federal. Consoante a citada legislação “Para os fins desta Lei, considera-se decisão coordenada a instância de natureza interinstitucional ou intersetorial que atua de forma compartilhada com a finalidade de simplificar o processo administrativo mediante participação concomitante de todas as autoridades e agentes decisórios e dos responsáveis pela instrução técnico-jurídica, observada a natureza do objeto e a compatibilidade do procedimento e de sua formalização com a legislação pertinente.” Acerca do tema é possível afirmar que:**

- A)** Cada órgão ou entidade participante é responsável pela elaboração de documento específico sobre o tema atinente à respectiva competência, a fim de subsidiar os trabalhos e integrar o processo da decisão coordenada.
- B)** A decisão coordenada obedecerá aos princípios da legalidade, da eficiência e da transparência, com utilização, sempre que necessário, da simplificação do procedimento e sem concentração das instâncias decisórias.
- C)** A decisão coordenada exclui a responsabilidade originária de cada órgão ou autoridade envolvida.
- D)** Se aplica a decisão coordenada aos processos administrativos de licitação.

### QUESTÃO Nº 10

**Segundo o Supremo Tribunal Federal, há uma “concepção constitucional moderna de que inexistem garantias individuais de ordem absoluta, mormente com escopo de salvaguardar práticas ilícitas” (RHC 132.115, rel. min. Dias Toffoli, j. 6-2-2018, 2ª T, DJE de 19-10-2018). Não é possível asseverar que, segundo o Supremo Tribunal Federal:**

- A)** Por violar as cláusulas do devido processo legal e da não culpabilidade, é inconstitucional o afastamento temporário do exercício do cargo ou das funções, com supressão das vantagens, do servidor processado criminalmente.
- B)** É ilícita a prisão civil de depositário infiel, qualquer que seja a modalidade do depósito.
- C)** É direito do defensor, no interesse do representado, ter acesso amplo aos elementos de prova que, já documentados em procedimento investigatório realizado por órgão com competência de polícia judiciária, digam respeito ao exercício do direito de defesa.
- D)** As Comissões Parlamentares de Inquérito podem praticar atos sobre os quais incida a cláusula constitucional da reserva de jurisdição, como a busca e apreensão domiciliar, tendo em vista que as citadas Comissões possuem poderes de investigação próprios das autoridades judiciais.

### QUESTÃO Nº 11

**Acerca dos atos administrativos e da Lei 9.784/99, marque a alternativa correta:**

- A)** A presunção de legitimidade, legalidade e veracidade dos atos administrativos é relativa (juris et de jure) pois a citada presunção admite prova em contrário.
- B)** O direito da Administração Pública de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em cinco anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada boa-fé do administrado.

- C) Os processos administrativos de que resultem sanções poderão ser revistos, a qualquer tempo, a pedido ou de ofício, quando surgirem fatos novos ou circunstâncias relevantes suscetíveis de justificar a inadequação da sanção aplicada, não podendo resultar agravamento da sanção.
- D) A motivação dos atos administrativos deve ser explícita, clara e congruente, podendo consistir em declaração de concordância com fundamentos de anteriores pareceres, informações, decisões ou propostas, que, neste caso, poderão ser parte integrante do ato.

### QUESTÃO Nº 12

**Segundo o art. 37, inciso II, da Constituição Federal, “a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração”. Acerca do tema é incorreto afirmar que:**

- A) É inconstitucional a vedação à posse em cargo público de candidato aprovado que, embora tenha sido acometido por doença grave, não apresenta sintoma incapacitante nem possui restrição relevante que impeça o exercício da função pretendida.
- B) A exigência de avaliação psicológica ou teste psicotécnico, como requisito ou condição necessária ao acesso a determinados cargos públicos de carreira, somente é possível se houver lei em sentido material (ato emanado do Poder Legislativo) que expressamente a autorize, além de previsão no edital do certame.
- C) É impossível a realização de etapas de concurso público em datas e horários distintos dos previstos em edital por candidato que invoca a escusa de consciência por motivo de crença religiosa, tendo em vista a preservação da igualdade entre todos os candidatos.
- D) A nomeação tardia de candidatos aprovados em concurso público, por meio de ato judicial, à qual atribuída eficácia retroativa, não gera direito às promoções ou progressões funcionais que alcançariam houvesse ocorrido, a tempo e modo, a nomeação.

### QUESTÃO Nº 13

**Os direitos dos servidores públicos são objeto de constante discussão judicial. Acerca do tema, é incorreto aduzir que:**

- A) É constitucional a vinculação do reajuste de vencimentos de servidores estaduais ou municipais a índices federais de correção monetária.
- B) É constitucional o cômputo do período de licença à gestante no período do estágio probatório da servidora pública.
- C) A circunstância de o servidor público estar em estágio probatório não é justificativa para demissão com fundamento na sua participação em movimento grevista por período superior a trinta dias.
- D) É inconstitucional toda modalidade de provimento que propicie ao servidor investir-se, sem prévia aprovação em concurso público destinado ao seu provimento, em cargo que não integra a carreira na qual anteriormente investido.

### QUESTÃO Nº 14

**Acerca do tema “processo administrativo disciplinar”, marque a alternativa que não está de acordo com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça:**

- A) Os prazos prescricionais previstos no art. 142 da Lei n. 8.112/1990 iniciam-se na data em que a autoridade competente para a abertura do procedimento administrativo toma conhecimento do fato,

interrompem-se com o primeiro ato de instauração válido - sindicância de caráter punitivo ou processo disciplinar - e voltam a fluir por inteiro, após decorridos 140 dias desde a interrupção.

- B)** A portaria de instauração do processo administrativo disciplinar precisa da exposição detalhada dos fatos a serem apurados.
- C)** A autoridade administrativa não dispõe de discricionariedade para aplicar ao servidor pena diversa de demissão quando caracterizadas as hipóteses previstas no art. 132 da Lei n. 8.112/1990.
- D)** O controle jurisdicional do processo administrativo disciplinar restringe-se ao exame da regularidade do procedimento e da legalidade do ato, à luz dos princípios do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal, não sendo possível incursão no mérito administrativo, ressalvadas as hipóteses de flagrante ilegalidade, teratologia ou manifesta desproporcionalidade da sanção aplicada.

### QUESTÃO Nº 15

**O Supremo Tribunal Federal, ao interpretar a Constituição Federal, tomou várias decisões com o objetivo de dar a máxima efetividade aos direitos fundamentais. Sobre tal fato marque a alternativa incorreta:**

- A)** Pode-se dizer que os direitos fundamentais expressam não apenas uma proibição do excesso, como também podem ser traduzidos como proibições de proteção insuficiente.
- B)** A máxima efetividade possível não significa afirmar que seja terminantemente vedada qualquer forma de alteração restritiva na legislação infraconstitucional, ainda que se desfigure o núcleo essencial do direito fundamental tutelado.
- C)** A decisão judicial sobre políticas públicas voltadas à realização de direitos fundamentais, em caso de ausência ou deficiência grave do serviço, não viola o Princípio da Separação dos Poderes.
- D)** Os direitos fundamentais assegurados pela Constituição vinculam diretamente não apenas os poderes públicos, estando direcionados também à proteção dos particulares em face dos poderes privados.

### QUESTÃO Nº 16

**Acerca dos requisitos de habilitação previstos na nova lei de licitações e contratos administrativos (Lei 14.133/2021), é incorreto:**

- A)** Poderá ser exigida dos licitantes a declaração de que atendem aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.
- B)** Serão exigidos os documentos relativos à regularidade fiscal, em qualquer caso, somente em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
- C)** Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas pelo licitante vencedor, exceto quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento.
- D)** Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, ainda que em sede de diligência.